



O Estado de São Paulo - 06 Abr 2004

Investidores consideram medidas um retrocesso

Influência política aumenta o risco regulatório e contraria modelo

As agências reguladoras ficam menores e mais fracas com o projeto de lei do governo. "As medidas vão na contramão do que o mercado espera", avaliou o diretor da Delta Comercializadora de Energia, Rubens Parreira. Os investidores querem que as agências sejam independentes do poder político, o que não ocorreria com a possibilidade de o presidente da República destituir a qualquer momento o comando dos reguladores.

"Toda forma que se caracteriza numa ingerência maior enfraquece a agência e o Estado", argumentou o presidente da Câmara Brasileira dos Investidores de Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, ressaltando que prefere não especular antes de ver a proposta.

Atualmente as decisões das agências são tomadas em colegiado. Ou seja, o dirigente não tem poder maior que os demais conselheiros. O perigo na proposta do governo é que essa situação mude e o comandante da agência passe a ser uma espécie de "interventor do presidente da República". "Implantar um regime presidencialista nas agências contraria o modelo", disse o advogado Floriano de Azevedo Marques, professor de direito administrativo da Universidade de São Paulo (USP).

O vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, deputado Júlio Semeghini, disse que é contra o presidente da República trocar o dirigente das agências antes de completar o prazo para o qual foi indicado.

Semeghini pretende apresentar uma emenda estabelecendo que o presidente do órgão regulador somente seria substituído antes do término do mandato se o desempenho estivesse comprometido, não só na visão do presidente da República mas também dos demais conselheiros.

O advogado Guilherme Ieno Costa, especialista em telecomunicações, classificou como "um passo atrás" transferir as concessões das agências para os ministérios. "O risco político é muito maior." Um dos motivos para a existência das agências é garantir que as decisões sejam tomadas sem influência política.

Na opinião do diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Eduardo Ellery, foi boa a decisão de propor que a liberação dos recursos esteja condicionada ao cumprimento de metas previstas em contrato de gestão.

"Se fosse assim, a gente nunca deveria ter sofrido corte."

Já o consultor Renato Guerreiro, ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o contrato de gestão deveria ser eliminado.

Segundo ele, quem deve fiscalizar as agências é o Congresso Nacional, e o contrato transfere essa fiscalização para o Executivo.